

MODERNIZAÇÃO E AVANÇO DE FRONTEIRA AGRÍCOLA NO SUDESTE DA AMAZÔNIA LEGAL: O CASO DE PORTO NACIONAL - TO

Modernization And Advancement Of Agricultural Frontier In The Southeast Of Amazônia Legal: The Case Of Porto Nacional – To

Modernización Y Adelanto De La Frontera Agrícola En El Sudeste De La Amazônia Legal: El Caso De Porto Nacional – To

Carlos Eduardo Ribeiro Rocha
Universidade Federal do Tocantins.
cadusophia@gmail.com

Atamis Antonio Foschiera
Universidade Federal do Tocantins
foschieraa@mail.uft.edu.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de territorialização da produção agrícola moderna em Porto Nacional em um período que vai desde a implantação dos primeiros aparelhos estatais de fomento à agricultura, como a ACAR – GO em 1968, até a decadência da produção agrícola em meados da década de 1990. Neste sentido, são enumerados no texto programas de desenvolvimento agrícola alocados no Cerrado, que fizeram com que a região despontasse como uma das principais produtoras de grãos do Brasil ainda na década de 1970, assim como entrevistas a agentes locais que deram início ao processo de modernização da agricultura no município de Porto Nacional. A produção de grãos neste município, dentro deste espaço de tempo, apresentaria resultados positivos no início, porém alguns fatores como falta de regulação de preços, levaram, em meados da década de 1990, à decadência de sua produção agrícola.

Palavras chave: Desenvolvimento, Fronteira agrícola, Agronegócio, Porto Nacional.

Abstract

This study aims to analyze the process of territorialization of modern agricultural production in Porto Nacional in a period since the deployment of the first State apparatus to promote agriculture, such as ACAR – GO in 1968, until the decline of agricultural production in the late 1990. In this sense, are listed in the text, agricultural development programs allocated in the Cerrado, which made the region will dawn as one of the leading grain producers of Brazil, still in the 1970, as well as interviews with local actors who gave beginning to the process of modernization of agriculture in the county of Porto Nacional. Grain production in this county, within this period of time, present positive results at first, but some factors such as lack of price regulation, led in the mid-1990s, the decline of agricultural production .

Key words: Development, agricultural frontier, Agribusiness, Porto Nacional.

Resumen

Este estudio pretende analizar el proceso de territorialización de la producción agrícola moderna en Porto Nacional en un período desde el despliegue del primer aparato estatal para avanzar la agricultura, como ACAR – GO en 1968, hasta la caída de la producción agrícola a fines de 1990. En este sentido, aparecen en el texto programas de desarrollo agrícola en el Cerrado, que hicieron de la región uno de los principales productores de granos de Brasil en la década de 1970, así como entrevistas con actores locales que dieron inicio al proceso de modernización de la agricultura en el municipio de Porto Nacional. La producción de granos en este municipio, dentro de este período de tiempo, presentó resultados positivos en un primer

momento, pero algunos factores tales como la falta de regulación de los precios hicieron, a mediados de la década de 1990, la disminución de la producción agrícola.

Palabras clave: Desarrollo, frontera agrícola, agronegocios, Porto Nacional.

INTRODUÇÃO

A produção agrícola no Brasil passou por um processo de modernização baseado em mudanças técnico-científicas e, na atualidade, vem sendo marcada pelo agronegócio. Essa lógica produtiva ocorreu tendo o Estado como referência, via políticas de financiamento, pesquisa, assistência técnica, programas de desenvolvimento, etc. Nas últimas décadas o capital privado vem assumindo o controle desta produção, por meio de financiamento, do fornecimento de insumos e produtos químicos, do controle da compra. Isso dentro de uma economia globalizada.

A expansão da modernização agrícola no interior do Brasil se deu por intermédio de programas de desenvolvimento. Na Amazônia Legal esses programas se deram em áreas diferenciadas, e com diferentes formas produtivas, destacando-se a mineração, a criação de gado, a industrialização e a produção agrícola. Dentre os programas de desenvolvimento agrícola, se destacou a produção de soja, principalmente em áreas de Cerrado.

Programas como o Prodecer, Polocentro, Prodoeste, tiveram, dentro dos seus objetivos, a expansão da fronteira agrícola via produção de soja. Nestes programas incentivou-se a migração dirigida de produtores rurais do centro-sul do Brasil para as regiões Centro Oeste e Norte, no intuito de ocupar espaços ditos “vazios” com produtores que já tivessem um *Know how* na produção agrícola em larga escala e voltada, principalmente, para o mercado externo.

No norte goiano e atual estado do Tocantins, foram implantados projetos de incentivos agrícolas tanto por parte do governo federal como de governos estaduais. Esses projetos estão distribuídos em diferentes regiões do estado e se caracterizam pela desapropriação de áreas ocupadas e repassadas a produtores rurais externos àquelas áreas. Também tiveram projetos de incentivo à aquisição de terras, custeio de máquinas e implementos agrícolas, etc., visando formar e incluir produtores locais no processo de modernização agrícola. No caso de Porto Nacional, destacou-se o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra).

Em Porto Nacional a modernização agrícola teve como referência a ação do Estado, por intervenção da ACAR - GO (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás), que foi substituída pela EMATER - GO (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), atual RURALTINS (Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins).

METODOLOGIA

Nesse sentido foram consultadas bibliografias referentes ao tema pesquisado, envolvendo o entendimento sobre território, modernização agrícola e desenvolvimento regional (com ênfase no sudeste da

Amazônia Legal). Em seguida foram realizados levantamentos de campo onde foram realizados: (a) entrevistas a dois agrônomos naturais do município, (b) entrevistas com dois técnicos do RURALTINS, (c) duas entrevistas com os primeiros produtores de soja do município de Porto Nacional, (d) uma entrevista com funcionária da ACAR – GO, (e) uma entrevista com o primeiro agrônomo da EMATER, vindo para Porto Nacional, (f) revisões bibliográficas.

Foram utilizados para obtenção de dados primários, questionário com perguntas abertas e fechadas, entrevistas semiestruturadas, pesquisas em anuários da SEPLAN - TO e sites estatísticos (IBGE, CEPEA, Receita Federal), para obtenção de dados secundários.

DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO CERRADO

A marcha para o Oeste, na década de 1940, foi uma das políticas territoriais de ocupação do território criada no Governo Getúlio Vargas, tendo as Colônias Agrícolas Nacionais (CAN) como uma das referências. Segundo Castilho, os objetivos específicos da criação da CAN foram:

As Colônias Agrícolas Nacionais foram criadas para receber e fixar cidadãos brasileiros pobres, aptos a agricultura, dentre aquele amplo programa de superação das carências do modelo brasileiro de desenvolvimento. Com as Colônias pretendia-se resolver dois estrangulamentos básicos: alocar mão-de-obra liberada pela decadência da cafeicultura (e de maneira mais global pela deterioração das relações de troca entre o velho campo e a nova economia urbana), e criar para esta uma frente agrícola comercial interna. (CASTILHO, 2012, p. 119).

O Projeto CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás) foi implantado no ano de 1941 no intuito de povoar e desenvolver economicamente a região do Matogrosso Goiano (CASTILHO, 2012).

Outras políticas econômicas foram formuladas até a década de 1960 para integração nacional, como foi o caso do plano de metas (1957 – 1960) implantadas no governo de Juscelino Kubitschek. Nesse plano os investimentos foram voltados para os setores de ponta da estrutura industrial, os setores básicos da economia e também, os setores de transporte e energia. Outro ponto importante desse plano foi à construção da capital do país, Brasília, que além de passar a ser centro político, a capital se localiza no centro do território nacional, o que redimensionou a estrutura de circulação existente, principalmente pela inauguração em 1960 da rodovia Belém-Brasília. Costa (1988).

Já no regime militar, a partir de em 1964, foi criado o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, com o objetivo de integrar órgãos menores nos estados, desenvolvendo entre 1964 e 1966 o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo). Em 1965 foi criado o Ministério Extraordinário para a Coordenação de Organismos Regionais e logo após o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, planejado para o período de 1967-1976 (COSTA, 1988). Para Costa (1988, p. 63), “pela primeira vez é colocada de modo explícito a questão regional do ponto de vista da integração nacional, objetivo maior a ser perseguido pelo Estado em sua política econômica-regional”.

Neste sentido as políticas territoriais visavam, principalmente, o desbravamento e maior controle das regiões Centro-Oeste e Norte, elaborando e estruturando projetos de desenvolvimento econômico que levou a migrações para as mesmas.

Costa (1998) faz o seguinte comentário sob o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social:

Sob a estratégia de integração nacional, este deveria dirigir seus esforços em especial sobre políticas voltadas para a ocupação econômica da Amazônia e do Centro-Oeste, articulando-as com as demais regiões do país, como forma de constituir um mercado nacional consolidado. Outro aspecto apresentado pelo Plano Decenal foi a adoção da “Teoria dos Polos de Desenvolvimento” e implicaria na eleição de “regiões-programa” e nelas, os pólos representados por centros urbanos capazes de, a partir da concentração de investimentos, irradiar o seu dinamismo à região. (COSTA, 1988, p. 63).

A região do Cerrado passou a despontar com grande potencial para expansão de fronteira agrícola ainda na década de 1970, quando políticas públicas territoriais foram efetivadas nessa região. Os PND's (Planos Nacionais de Desenvolvimento) formularam instrumentos de revitalização e modernização da agricultura brasileira no sentido de dinamizar o setor agrícola e de ampliar a produção de alimentos e de matérias-primas; aumentar as exportações e a substituição das importações; redistribuir geograficamente as populações rurais por meio da colonização. Para Costa (1988), o I PND (1969-1974) tinha uma perspectiva de colonização, enquanto que o II PND voltou-se mais para uma ocupação baseada em um novo patamar da política econômica global, ligada à produção para o crescimento das exportações.

Pires (2000) vai destacar que do I PND surgiu o Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (PRODOESTE), e do II PND (1974-1979) resultaram mais programas de desenvolvimento dirigidos à região centro norte do país.

Conforme Pires:

O II PND (74/79), implementado durante o governo Geisel, apresentava, ainda como meta mais importante, a modernização da agricultura. A partir dele, foram criados alguns programas voltados para a região amazônica, como o Programa de Pólos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia (Poloamazônia), e, para o Centro-Oeste, o Programa Especial da Região da Grande Dourados (Prodegran), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília. A visão predominante indicava que o papel estratégico da agricultura no processo de desenvolvimento seria reforçado com a ocupação das extensas áreas agricultáveis nessas regiões. (PIRES, 2000, p. 115).

Outros três programas agrícolas de cunho governamental que influenciaram a recente ocupação produtiva do Cerrado no período posterior a 1970 foram: o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), implementado pelo governo de Minas Gerais, e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), e o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), ligados ao governo federal.

O PADAP foi criado em 1973, em Minas Gerais, e tinha como intuito afirmar a viabilidade técnica e econômica do potencial agrícola do Cerrado, tendo por meio, a ocupação de colonos de descendência japonesa, vindos, principalmente, do Sul/Sudeste do país. Segundo Pires (2000, p. 119), “no planejamento do PADAP, previa-se a realização de 15 atividades produtivas, no entanto, na sua efetivação, estas reduziram-se a quatro, ocorrendo uma acentuada especialização em torno do cultivo da soja, do trigo e do café”.

O POLOCENTRO foi efetivado em 1975 e foi implantado nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. Seu objetivo era incorporar mais de três milhões de hectares de terras do Cerrado destinados à pecuária, agricultura e reflorestamento (PIRES, 2000).

Para Pires:

O Padap e o Polocentro apresentam semelhanças relativas ao suporte à pesquisa, à assistência técnica, ao crédito rural subsidiado e à infraestrutura física de estradas, energia e armazenagem. Distinguem-se, contudo, porque, no primeiro, houve concentração geográfica dos investimentos e interferência direta na organização produtiva. No segundo, os investimentos distribuíram-se em quatro estados, destinados em grande parte às médias e grandes propriedades agrícolas. (PIRES, 2000, p. 120).

A região do Cerrado tornou-se estratégica na incorporação de novas áreas, tanto por sua posição geográfica, como por suas características físico-ambientais, que propiciavam a expansão da produção agropecuária nos padrões da nova agricultura moderna, baseada no pacote tecnológico da “Revolução Verde”. Para Silva (2000, p. 25) “as condições ambientais das áreas de Cerrado auxiliaram a disseminação dos propósitos políticos apoiados pela importação do modelo difundido no pacote da Revolução Verde. A presença de extensas chapadas possibilitou a prática bastante utilizada na agricultura moderna”.

Franco (2001) faz uma relação entre recursos naturais e a modernização da agricultura. Seu trabalho mostra a estrutura física do Cerrado, analisando as necessidades deste para a produção intensiva, pois é preciso manejo específico, máquinas e implementos para que seu uso seja eficiente. Esse autor caracteriza a estrutura física do Cerrado enfatizando que a mesma:

Apresenta algumas características que favorecem a produção agrícola no mesmo, dentre elas destacam-se: a vasta extensão de terras mecanizáveis, as condições climáticas (luz, temperatura, água), vegetação, etc. Em contrapartida aparecem algumas limitações no que se refere ao pouco conhecimento de seus recursos naturais, a irregularidade das chuvas (seca e veranico), a baixa fertilidade e erosão dos solos, ao sistema de produção ineficiente, e outros. (FRANCO, 2001, p. 37).

O uso e ocupação do solo com lavouras tecnificadas, assentadas em grandes propriedades, voltadas à produção de arroz, soja e milho para exportação, exemplificam como se deu a modernização da agricultura no Cerrado, principalmente os que faziam parte dos programas governamentais de ocupação das terras.

PORTO NACIONAL: UM BREVE HISTÓRICO

O município de Porto Nacional (Figura 1) está localizado na microrregião de Porto Nacional e na mesorregião oriental do Tocantins, possuindo uma área total de 4478,52 km². Segundo dados do censo realizado pelo IBGE, em 2010, o município tinha uma população de 49.146 habitantes e uma densidade demográfica de 10,97 hab./km². O IDH do município em 2010 era de 0,740, situando-o na faixa de desenvolvimento humano alto. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,826, seguida de Educação, com índice de 0,701, e de Renda, com índice de 0,699 (ATLAS BRASIL, 2013).

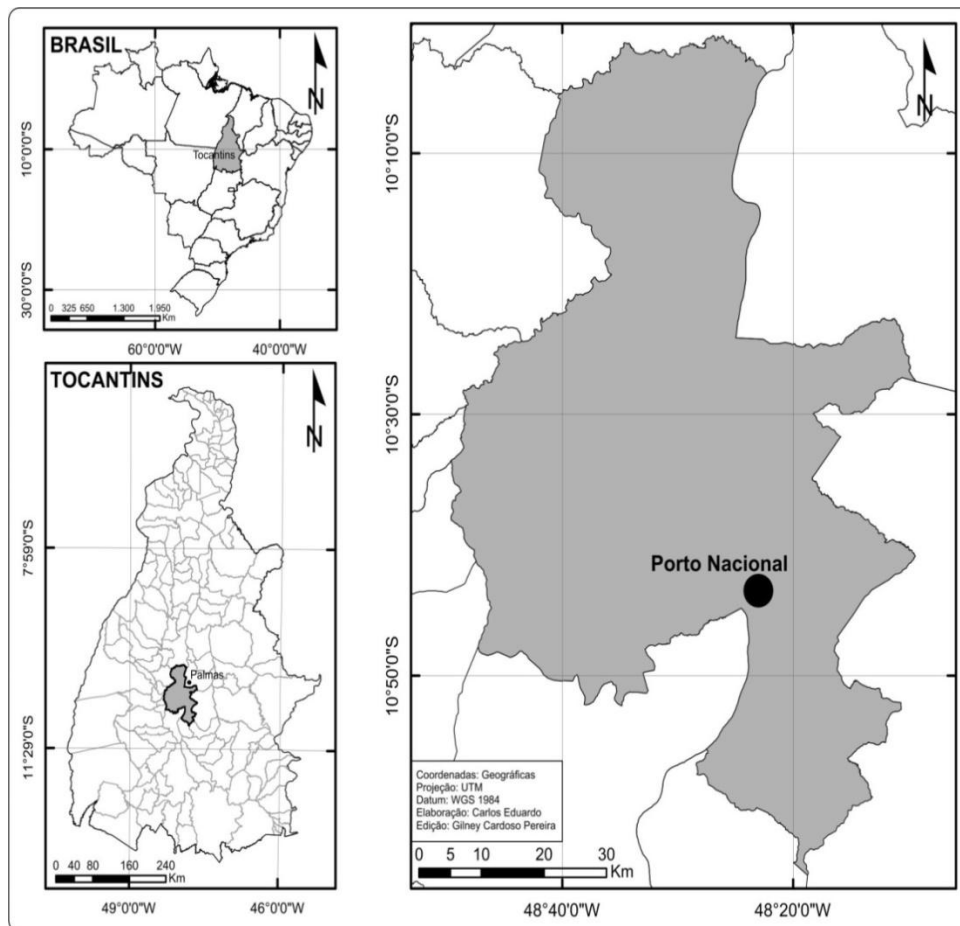


Figura 1 - Localização da Área de Estudo.

Porto Nacional teve sua origem ainda no século XVIII, fruto da extinção do povoado Bom Jesus do Pontal, que segundo escritores como Brasiense (1954), Godinho (1988) e Oliveira (2010), apontam que o ataque de índios ao Pontal, em 1805, foi o motivo de fuga da sua população para a outra margem do rio, onde está hoje situada a cidade de Porto Nacional.

Caracterizando economicamente este período, na época do surgimento do povoado Porto Real, tanto Bom Jesus do Pontal como Monte do Carmo eram, como relata Oliveira (2010), “ricos núcleos mineratórios” e Porto Real servia como entreposto comercial e local de passagem para viajantes, embarcando mercadorias que seguiam para Belém do Pará via rio Tocantins. Têm-se, então, três atividades econômicas que se faziam presentes nesse momento de gênese do município, que são a mineração, o comércio e agricultura familiar local.

Em 13 de julho de 1861, por determinação da resolução provincial nº 333, assinada por José Martins Alencastro, presidente da Província de Goiaz, ocorre a mudança de nome de Porto Real para Porto Imperial. No ano de 1890, Porto Imperial muda de nome para Porto Nacional.

Já na década de 30, do século XX, aos barcos movidos por motores que faziam viagens de longas distâncias intensificou mais ainda o comércio na região, sendo que as cidades com maior importância econômica situavam-se as margens do rio Tocantins (OLIVEIRA, 2010). Nessa primeira metade do referido século, Porto Nacional passou, também, a contar com os Correios Aéreos, bem como a ser local de grande importância no debate de criação de um novo estado (LIRA, 2011).

A abertura da rodovia Belém-Brasília, na margem esquerda do Rio Tocantins, na década de 1960, teve impactos negativos significantes nas economias de municípios ribeirinhos que ficavam a margem direita do rio. Isso porque, com uma economia voltada para o comércio e com vias de transporte hidroviário, que não conseguiam competir com as rodovias, esses se viram mergulhados na estagnação que já vinha se acentuando com as dificuldades de navegação no rio Tocantins.

Para Valverde:

A abertura da Belém-Brasília veio acentuar-lhes a crise socioeconômica por que passavam; isso porque as dificuldades de navegação que apresenta o médio curso do Tocantins provocaram a transferência do eixo econômico regional do vale para a rodovia; as viagens fluviais passaram a ser irregulares, mesmo no decorrer do inverno; aquelas cidades que eram importantes entrepostos comerciais regionais perdem esta função; reduzindo seu âmbito de ação apenas ao limite municipal. (VALVERDE, 1967, p. 269).

A situação econômica de Porto Nacional começaria a mostrar indícios de crescimento a partir da década de 1970, com a construção da ponte sobre o Rio Tocantins, ligando a cidade à rodovia Belém-Brasília. Porto Nacional, que por décadas utilizou o rio como principal meio de transporte, agora se volta para a rodovia em busca de desenvolvimento. Com a facilidade de acesso para cidade, a partir da construção da ponte, outra atividade temporária se intensificou no município, o turismo. Com o fim do período chuvoso, o rio Tocantins diminuía seu volume d'água e formava ilhas naturais. Uma dessas ilhas se encontrava às margens da cidade, tornando um dos atrativos mais esperados durante o ano pelos moradores e comerciantes. Segundo Manzano (2005, p. 62), “no rio Tocantins formavam-se praias belíssimas na época da seca, mas não havia o hábito de famílias frequentarem as praias como lazer. O uso da praia como lazer e atração turística teria começado na década de 1970 e se intensificado de 1980 pra cá”.

Com a ligação da cidade à rodovia Belém-Brasília, via ponte sobre o rio Tocantins na década de 1970, somado com a criação de Brasília, na década de 1960, e o posterior desmembramento da parte norte do estado de Goiás, surgindo o estado do Tocantins, no final da década de 1980, levaram os municípios à margem direita do rio a entrarem em um novo processo de arrefecimento econômico.

A INTRODUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MODERNA NO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL-TO

A introdução da modernização agrícola no município de Porto Nacional se dá por meio da ação do Estado, com a instalação, em 1968, de uma unidade da ACAR-GO¹ (Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás) neste município. Segundo entrevista realizada no dia 01/06/2015, com a Sr^a Generosa Ferreira Lima, primeira auxiliar de escritório da ACAR em Porto Nacional, essa associação tinha uma sede local e uma regional no município de Porto Nacional, onde o chefe local era o agrônomo Clidenor Bezerra e o chefe regional o agrônomo Antonio Coutinho Aguiar.

A ACAR contava em seu rol de funcionários com técnicos agrícolas, agrônomos e veterinários, e tinha como objetivo prestar assistência técnica aos agricultores e pecuaristas no município de Porto Nacional e região. Nesse momento (1968), segundo a entrevistada, não existia máquinas nas lavouras do município,

¹A ACAR foi criada em 03/03/59 e tinha por finalidade prestar serviço de assistência técnica, creditícia e fazer extensão rural.

apenas arado com tração animal e a maior parte dos investimentos eram utilizados na pecuária. Com a chegada da associação começou-se a implantar, através de palestras e assistência técnica, formas de cultivo mais modernas e o incentivo a aquisição de maquinário para as lavouras. Outra atividade desenvolvida por essa associação era montar projetos para aquisição de crédito rural. Uma das dificuldades enfrentadas pelos produtores de Porto Nacional era que não existia a agência do Banco do Brasil² neste município, instituição com a qual a associação pleiteava o crédito, sendo os projetos enviados para a agência de Porangatu – GO, tornando o processo moroso e em descompasso com as épocas de plantio.

Um maior acesso ao financiamento agropecuário se deu por intermédio de um programa de governo federal para obtenção de crédito, que foi bastante utilizado por produtores de Porto Nacional e região, denominado PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste).

O Programa foi criado pelo Decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971, tendo como objetivos os financiamentos fundiários destinados a projetos ou programas de colonização e de reforma agrária e o financiamento dos demais investimentos rurais, objetivando a organização e modernização das propriedades rurais. Quanto ao crédito liberado pelo PROTERRA, as principais vantagens eram: prazo de 12 (doze) anos para pagamento da dívida, inclusive com dois de carência, dependendo da rentabilidade dos projetos; encargos bancários para o mutuário final de 12% ao ano sobre o saldo devedor dos financiamentos. ((Banco Central do Brasil, 1972. Resolução nº 224, de 8 de junho de 1972).

Os financiamentos tinham como prerrogativa:

- a) Finalidades: 1. Aquisição de áreas correspondentes a até 6 (seis) módulos da região; 2. custeio de despesas complementares com medição, demarcação, construção de tapumes e outras de pré-investimento indispensáveis ao início da exploração rural; b) Beneficiários: 1. Rurícola, não proprietário, que venha a explorar direta e pessoalmente com sua família o imóvel objeto de financiamento; 2. rurícola, já proprietário, que pretenda ampliar o seu imóvel mediante a aquisição de área contígua, desde que indispensável ao seu natural e conveniente aproveitamento, na forma do item anterior; 3. proprietários rurais que se proponham dividir e colonizar suas terras, mediante projeto aprovado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA; c) Prazo - até 12 (doze) anos, inclusive 2 (dois) de carência. (Resolução nº 224, de 8 de junho de 1972).

A ACAR foi extinta em 1974, sendo suas atividades substituídas pela implantação da EMATER – GO (Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Estado de Goiás), no ano de 1975.

A EMATER – GO, criada pela Lei Estadual 7.969/75, foi instalada em Porto Nacional em 1975, absorvendo a estrutura já existente da ACAR – GO. A partir da implantação da EMATER, o município de Porto Nacional começa a sua transição de uma pecuária, ainda em moldes tradicionais de criação, para a agricultura em larga escala em meados da década de 1970, quando produtores locais e migrantes iniciam a produção de arroz sequeiro em escala comercial³. Raimundo Dias de Sousa⁴, em entrevista realizada no dia

²A agência do Banco do Brasil foi instalada em Porto Nacional no ano de 1977.

³A produção de arroz existente anteriormente se dava em roça de toco e estava voltada, principalmente, para o autoconsumo.

18/04/2015, relata que neste momento havia apenas um produtor, o senhor Júlio Tormim⁵, que utilizava maquinário na produção agrícola, sendo que os demais utilizavam serviços manuais para produzir. Esse produtor, já falecido, serviu de referência para que outros, naturais de Porto Nacional, também buscassem modernizar sua produção, conforme destacam os próximos dois entrevistados, e que também adquiriram máquinas e implementos agrícolas.

Sobre o Sr. Júlio Tormim os entrevistados relatam que:

Eu fui fazer uma visita ao Sr. Júlio Tormim, e eu me impressionei com aquilo. Uma lavoura de arroz, no Cerrado, e eu conversando com seu Júlio, perguntei: e você tem esperança que esse arroz vai pra frente? Porque, esse Cerrado sem água sem chuva, ele disse, aqui plantando na hora certa, com a adubação certa, a colheita vem como certa. Eu visitei a lavoura dele, gostei muito do sistema de plantio, porque, a gente plantava antes com matraca e com enxada, e ali eu já via uma plantadora. (Adelson Costa. Entrevista realizada dia 02/06/2015).

O Sr. Júlio Tormim era goiano. Foi o primeiro a produzir aqui em Porto Nacional por via de máquinas. Ele foi um grande incentivador da produção mecanizada, pois foi a partir dele que nós começamos, eu, Adelson Costa a produzir e depois outros produtores começaram. Era um homem muito generoso, foi ele quem doou a área onde hoje se encontra o parque industrial de Porto Nacional, ainda na gestão de Vicentinho. (Deijayme Aires. Entrevista realizada dia 27/05/2015).

Na fala do produtor Adelson Costa, “a EMATER começou o embalo das lavouras mecanizadas na região de Porto Nacional, por que ela fiscalizava as fazendas”. A EMATER começou a implantar a modernização da produção de arroz em 1975, em uma área de 50 ha, pertencente ao Ministério da Agricultura, onde hoje se encontra o “Parque de Exposição Agropecuária de Porto Nacional”, consorciando arroz e capim, e que servia como área teste. A primeira propriedade privada a modernizar sua forma de produção de arroz foi à propriedade do Sr. Júlio Tormim, no ano de 1974. Já em 1975, com esse contato com o produtor Júlio Tormim, em 1974, e com a EMATER ,em 1975, dando assistência tanto na área de produção como de financiamento, o Sr. Adelson Costa, resolve plantar sua lavoura de forma mecanizada.

O Produtor Adelson Costa resume assim sua decisão de modernizar sua produção:

Para eu tomar essa decisão, o Banco da Amazônia⁶ abriu as portas pra mim. E eu não quis ir na dúvida, procurei o doutor Raimundo (agrônomo da EMATER). Eu estou com essa indecisão de mexer, de comprar máquinas, de mexer com essa lavoura mecanizada, o que você acha? Ele disse, rapaz não arrepende não, entra com tudo, porque aqui não existe isso, quem tem condição como você e outros devem entrar e não vai ter prejuízo não. Conversei com ele varias vezes sobre aquisição de máquinas, a possibilidade das lavouras darem conta de pagar essas máquinas, e ele só me injetava confiança. Ai eu fiz um projeto no Banco da Amazônia, pelo PROTERRA, onde eu peguei um financiamento na época de Cr\$237.000.000 de cruzeiros e comprei os implementos agrícolas. (Entrevista realizada em 02/06/2015).

Outro produtor de arroz foi o Sr. Deijayme Aires. Antes de plantar lavouras de arroz, ele foi subgerente da empresa de aviação Varig em Porto Nacional, onde trabalhou até o ano de 1975. Começou a produzir arroz depois de vender uma área que possuía, onde hoje se encontra a torre de televisão da cidade, e que não a aproveitava, pois a mesma, segundo ele “era uma área de pedregulho”. Com a venda desta área, ele adquiriu outra de 25 ha, onde hoje se encontra a subestação de energia, do município de Porto Nacional. Em 1976 o Sr. Deijayme começou a plantar arroz, influenciado pela assistência dada pela EMATER

⁴Agrônomo e primeiro técnico da EMATER de Porto Nacional, assumiu a função em Porto Nacional no ano de 1975, para introduzir novas culturas e novas técnicas de plantio.

⁵Oriundo do sul de Goiás.

⁶O banco foi instalado em Porto Nacional em 07/10/1956.

(Figuras 2 e 3) e pelas lavouras do Sr. Júlio Tormim que já eram mecanizadas. Nessa época, em sua propriedade foram adquiridos três tratores e uma colheitadeira, onde trabalhavam cerca de doze a quinze homens.



Figura 2 - Reunião de técnicos da EMATER com produtores rurais.

Fonte: Arquivo Pessoal – Raimundo Dias.



Figura 3 - Técnicas utilizadas por técnicos nas reuniões com produtores rurais.

Fonte: Arquivo Pessoal – Raimundo Dias.

Como a área de plantio de arroz do Sr. Deijayme Aires ficava muito próximo ao centro da cidade, era ela que os técnicos da EMATER utilizavam para a realização de dias de campo, onde eram expostas as técnicas de manejo e implementos agrícolas utilizados naquela propriedade.

Segundo o Sr. Deijayme Aires, sobre a decisão de mecanizar sua lavoura de arroz e os impactos no tempo para produzir, o mesmo relata que:

Eu vi o futuro nisso, e não tenho dúvida que é até agora, e todo mundo que entrar na agricultura vai por esse caminho, como a gente tá vendo com as lavouras de soja aqui. Quando iniciei a plantar lavoura, eu tive a oportunidade de comprar uma colheitadeira zerada, e isso chamava a atenção, porque na região quase não tinha, e com cinco minutos eu enchia a caçamba de uma colheitadeira, e tinha doze homens para receber o produto, às vezes, quando eles nem terminavam de ensacar o produto, a colheitadeira já estava vindo novamente para despejar, e dava aquele fervor, aquela rotatividade muito grande. (Entrevista realizada no dia 27/05/2015).

A opção desses três primeiro produtores (Júlio, Adelson e Deijayme) de plantar arroz de sequeiro foi a mais viável naquele momento, pois a cultura seria a ideal para a abertura de áreas, não necessitando de grande manejo e aplicação de insumos como adubos e calcário para correção de solo, visto que, para conseguir tais produtos era necessário buscar no sul do estado de Goiás, aumentando o custo de produção se comparado com a produção de outra cultura como a soja.

Em 1977, a produção de arroz de sequeiro em Porto Nacional, já se apresenta com uma estrutura melhor organizada (Figuras 4 e 5). A intervenção da EMATER e a crescente mudança nas práticas e manejo na cultura do arroz, empregadas cada vez mais por produtores da região, fez com que o município se tornasse um dos principais produtores.

A pecuária extensiva predominava antes do aumento da produção de arroz em Porto Nacional. Segundo entrevista realizada no dia 16/04/2015 com o agrônomo Sergio Túlio Pereira, produtor de arroz na década de 1980, houveram conflitos entre criadores de gado e agricultores, pois as áreas de pastagens

geralmente se estendiam entre os municípios, sendo que na época havia pouco ou nenhum cercamento das terras e a invasão de lavouras pelo gado eram constantes.



Figura 4 - Plantação de arroz sequeiro.

Fonte: Arquivo Pessoal – Raimundo Dias.



Figura 5 - Colheita mecanizada de arroz sequeiro.

Fonte: Arquivo Pessoal – Raimundo Dias.

Para atender a demanda crescente de armazenagem da produção de arroz sequeiro da região, existia somente a CAPPOL - Cooperativa Agro-Pecuária Portuense Ltda., que foi fundada em 09/09/1966. Inicialmente, sua estrutura era voltada para comercialização de ferramentas e objetos em geral. O Sr. Dejajyme Aires que, além de produtor, também foi um dos presidentes, relata que “a cooperativa era mais voltada para o consumo. Segundo ele, quando eu recebi todo o patrimônio dela, em 1974, o que tinha no estoque era alça de caixão, espelho, coisas que não eram nada de produtor”. Com o aumento na produção de arroz, inicia-se em 1978 e terminando em 1979 a construção dos primeiros silos de armazenagem da CAPPOL, se tornando um dos mais importantes polos de recebimento de arroz no norte de Goiás, operando com grande escala de comercialização entre 1979 e 1984.

Para o agrônomo portuense José Dejaldo Arruda Junior, em entrevista realizada no dia 14/04/2015, “a estruturação da cooperativa foi de suma importância para a continuação do desenvolvimento da agricultura mecanizada no município de Porto Nacional”. A decadência da produção de arroz, pós 1984, segundo o Agrônomo Túlio Pereira, ocorreu por vários fatores: a) A rotação de variedades não era feita regularmente, ficando suscetíveis a pragas, b) a política de preço mínimo aplicada pelo Estado não cobria os custos de produção, c) pouca presença de empresas para comercialização da produção d) dificuldade na aquisição de insumos e implementos agrícolas, e) falta de regulação de preços f) diminuição na oferta de crédito para agricultores.

Em 1981 a produção de soja já estava presente no município de Porto Nacional. O agrônomo da EMATER - GO, Raimundo Dias, relata da seguinte forma o início da introdução da soja no município de Porto Nacional:

Preocupado com a região, pensou-se na diversificação de cultura. Então seu Júlio Tormim abriu as portas pra gente, ele disse, olha se vocês quiserem fazer alguma atividade pra mostrar para os produtores da região, a propriedade está à disposição e nós propomos pra ele plantar soja na propriedade dele. Ele tinha máquina e tudo e ele topou e nós fizemos aproximadamente uns 10 alqueires, em 1981. Nós fizemos essa experiência, plantamos soja ai, foi a primeira lavoura de soja cultivada a margem direita do rio Tocantins, na fazenda do Sr. Júlio Tormim. Então essa soja serviu

pra fazer dia de campo pra divulgar a cultura, aproveitamos para dizer dos benefícios da cultura, porque estávamos fazendo a diversificação. (Entrevista realizada em 18/04/2015).

Nesse sentido, a EMATER realizou dias de campo para produtores da região, disseminando práticas para a produção de soja, e mostrando os resultados já obtidos (Figuras 6 e 7).



Figura 6 – Técnicos da EMATER em dia de campo para promover a soja.

Fonte: Arquivo Pessoal – Raimundo Dias.



Figura 7 – Produtores participando de dia de campo.

Fonte: Arquivo Pessoal – Raimundo Dias.

Vale ressaltar o esforço do Estado, por meio dessas práticas, em suplantiar uma cultura de criação de gado e produção de alimentos nas propriedades locais, por uma produção em larga escala para o mercado.

Alguns agricultores que produziam arroz e, que nesse período já encontravam dificuldades para produzi-lo, em vista da decadência do mercado desta cultura, começam também a produzir soja.

A produção de soja neste município tem um início bastante incipiente e envolta nos mesmos problemas da produção de arroz, com um agravante, pois a comercialização era feita em Anápolis – GO, onde se encontrava como diz o Agrônomo Sergio Tulio Pereira “o atravessador mais próximo”, aumentado o custo da produção (logística) e diminuição da qualidade do produto.

As imagens a baixo mostram a produção de soja em 1981, utilizando as técnicas de plantio disseminadas pela EMATER e a mecanização da colheita (Figuras 8 e 9).



Figura 8 – Plantação de soja em Porto Nacional.

Fonte: Arquivo Pessoal – Raimundo Dias.



Figura 9 – Colheita de soja em Porto Nacional.

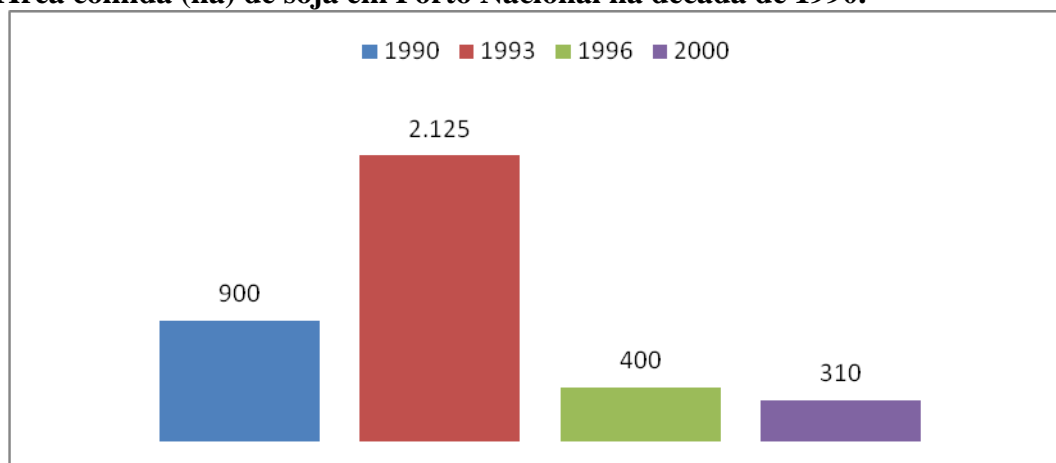
Fonte: Arquivo Pessoal – Raimundo Dias.

Observou-se na pesquisa que a movimentação do Estado, no sentido de introduzir a soja em Porto

Nacional, efetivou-se via assistência técnica, por parte da EMATER-GO e apoio de pesquisa da Embrapa, disseminando novas cultivares, bem como por financiamentos agrícolas. As áreas que iniciaram suas mecanizações neste município ocorreram de forma diferente de outros polos do Estado do Tocantins, onde a expropriação de terras pelo estado de forma questionável era o *modus operandi*, no caso de Porto Nacional essas se compunham estritamente de áreas não desapropriadas pelo Estado e com produtores locais.

Mesmo com o processo de produção já utilizando implementos agrícolas com tecnologias modernas para a época, na década de 1980 e 1990, vindos principalmente de Goiânia-GO, Anápolis-GO e Gurupi - TO, essa fase incipiente da produção de soja (Gráfico 1) em Porto Nacional se prolongaria por vários anos.

Gráfico 1 - Área colhida (ha) de soja em Porto Nacional na década de 1990.



Fonte: SEPLAN-TO, 1997. IBGE. Cidades@, 2013.

Os motivos levantados pela pesquisa para essa estagnação⁷ foram, principalmente a) falta de variedades de sementes próprias para o solo da região, b) falta de empresas de originação de soja, c) falta de regulação de preços, d) produção em modo convencional, e) desestímulo dos agricultores com quebras nas safras.

Sobre a falta de variedades de sementes, a Embrapa era a principal empresa desenvolvendo tecnologias para os solos desta região, porém a falta de produtores especializados e que se dispunham a investir em novas variedades de sementes todo ano, tornava as lavouras pouco produtivas. Quanto à originação de soja e regulação de preços, até 2003 não havia empresas desse ramo em Porto Nacional, a primeira a se instalar foi a BUNGE, nesse mesmo ano. A produção em modo convencional, sem renovação constante e utilização das novas tecnologias de produção, segundo o agrônomo Túlio Pereira, contribuíram para que se tivesse baixos índices de rentabilidade, levando os produtores à quebra de safras.

No fim da década de 1990 e início do século XXI, o município de Porto Nacional começa a entrar em uma outra lógica de produção. Se até agora o estado era o grande promotor do chamado “desenvolvimento agrícola”, a partir 2003, com a chegada de multinacionais e empresas de suporte a produção, principalmente de soja, esse desenvolvimento se reestruturará nos moldes do capital, transformando o município de Porto Nacional em um dos principais polos de produção de soja do Estado.

⁷Informações obtidas em entrevistas com produtor rural e dois agrônomos, já citados anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como ponto de partida os agentes que iniciaram esse processo (modernização da agricultura), ainda que voltada para a pecuária, identificou-se que sua gênese está relacionada às ações do Estado com a implantação, em 1968, da ACAR-GO em Porto Nacional. A partir dessa ação uma cadeia de agentes começa a se mobilizar (produtores, técnicos agrícolas, bancos e etc.) e iniciam a implantação de processos modernizadores para produzir no campo. Cabe destacar que, até meados da década de 1970, a pecuária era a principal atividade econômica estimulada pelo Estado no sentido de modernização do campo, no ainda norte goiano. O avanço da produção de grãos, principalmente de arroz e soja em Porto Nacional, se deu após a extinção da ACAR e a instalação da EMATER (em 1975), que tinha por objetivo, superar o atraso produtivo na região.

Nesse sentido, há neste momento uma nítida intencionalidade do Estado em direcionar o município de Porto Nacional e região, para o que podemos chamar de “vocaçã⁸” pela qual as áreas dos Cerrados brasileiros se destinaram. A relação estabelecida aqui, como aponta Raffestin (1993) é uma relação de “Poder” empreendida por aparelhos complexos que alteram o território, entendendo a ACAR e a EMATER como esses aparelhos, que nortearam as ações do Estado em direção à estruturação de uma modernização no campo, voltada para uma produção em larga escala.

Vale ressaltar que desde sua gênese, ainda no século XVIII, este município organizava sua economia em torno do comércio, sendo sua agricultura, voltada para comercialização regional, e isso se desdobrou até a implantação da EMATER. Num primeiro momento os produtores de Porto Nacional se inseriram na produção moderna vinculada ao arroz e a soja, porém, não conseguiram se “adaptar” as mudanças trazidas pela organização do capital no campo e hoje, vendem ou arrendam suas terras.

Essa primeira fase da modernização da agricultura, voltadas para produção de arroz e soja em Porto Nacional, foi direcionada, tecnicada e financiada pelas ações do Estado. A estrutura agrícola na região, nesse momento não se configurava com as características dos moldes do agronegócio.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Yacarim Melgaço. **Conflitos sociais na fronteira amazônica**: Projeto Rio Formoso. Campinas, SP: Papirus; Goiânia: Elege Publicidade e Editora Ltda., 1996.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva da soja**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria de Políticas Agrícolas; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Coordenador Luiz Antonio Pinazza. – Brasília: IICA: MAPA/SPA, 2007.

BRASILIENSE, Eli. **Bom Jesus do Pontal**. São Paulo: Martins, 1954.

BRUM, Argemiro. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CARVALHO, R. **A Amazônia rumo ao “ciclo da soja”**. Amazônia papers # 2. Ano I,

⁸ Neste sentido, se refere à vocação brasileira para produção de matéria prima, principalmente commodities.

setembro/1999.

CASTILHO, Denis. **A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres – GO – Brasil.** *Élisée*, Rev. Geo. UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012.

CIFUENTES, Joaquin Eduardo Manchola. Agronegócio e acumulação por expropriação: O enclave da soja em Campos Lindos (TO). **Revista Sociedade e Estado** – vol. 29, nº1. Janeiro/2014.

COELHO, C. N. **70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001).** Revista de Política Agrícola, Brasília, n.3, p.3-58, jul./ ago./ set., 2001. (Edição especial 2001).

CONAB. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&t=2>. Acesso em: agosto de 2014.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Revista NERA Presidente Prudente Ano 9, nº. 8 pp. 29-51 Jan.-jun./2006.

EMBRAPA. **Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil** / Elena Charlotte Landau ... [et al.]. -- Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2012.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **A Produção Agrícola no Brasil.** Interface. Porto Nacional/TO, v.2, n.2, p. 18-31, maio 2005.

FRANCO, José Benjamin Severino. **O papel da EMBRAPA nas transformações do cerrado.** Caminhos de Geografia. 2ª ed. pag. 31-40, mar/ 2001.

GODINHO, Durval C. **História de Porto Nacional.** [S. l.: s. n.], 1988.

GÓMEZ M. J. R. **Desenvolvimento em (des)construção:** narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural. 2006. 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2006.

IBGE. **Cidades@**, 2013. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=171820&search=tocantins|porto-nacional>. Acesso em: abril de 2015.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas:** a geopolítica da (re)ocupação territorial da Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

MATOS, Patrícia Francisca / PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território.** Geo UERJ - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011 p. 290-322.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Portos do Sertão:** cidades ribeirinhas do rio Tocantins. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

PIRES, Mauro Oliveira. **Programas Agrícolas na Ocupação do Cerrado.** Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 111-131.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: Julho de 2015.

SANTOS, Roberto de Sousa. **Políticas Públicas e o Agronegócio na Amazônia Legal/Cerrado:** Conflitos Socioterritoriais – in Território em Conflitos, Terra e Poder. Ed. Kelps, Goiânia, 2014.

SILVA, Lilian Leandro. **O papel do estado no processo de ocupação das áreas de cerrado entre as décadas de 60 e 80.** Caminhos de Geografia 1(2)24-36, dez/ 2000.

SILVA, Carlos Alberto Franco. **A rede política territorial da soja em Pedro Afonso (TO).** ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 4, n. 7, p.91-107, jan./jul. de 2010.

SOUZA, Luiz Antonio da Silva e. **O Descobrimento da Capitania de Goyaz (Governo, População e coisas mais notáveis).** Goiânia: UFG, 1976.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina V. **A rodovia Belém-Brasília:** estudo de geografia regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1976.